

Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai

Eric Gustavo CARDIN
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
egcardin@gmail.com

Recibido: 03-10-12
Aceptado: 17-01-13

RESUMO

A fronteira do Brasil com o Paraguai é marcada por um intenso fluxo de pessoas, mercadorias e capitais, explicitando fortes relações de interdependência entre as cidades vizinhas e suas comunidades. Neste universo, as práticas ilegais e legais se confundem, flexibilizando os limites socialmente impostos e criando diferentes possibilidades de desenvolvimento. O texto apresentado discute a formatação da fronteira e das relações existentes entre os trabalhadores responsáveis pela compra, transporte e revenda das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este. Por meio de entrevistas qualitativas, busca-se analisar as relações sociais entre os diferentes sujeitos inseridos no “*circuito sacoleiro*”, destacando aspectos relacionados aos processos de sociabilidade, organização e resistência.

Palavras-chave: Brasil; Paraguai; fronteira; *circuito sacoleiro*; trabalho; contrabando.

Trabajo y prácticas de contrabando en la frontera de Brasil con Paraguay

RESUMEN

La frontera de Brasil con Paraguay está marcada por un intenso flujo de personas, mercancías y capitales, que hacen explícitas las estrechas relaciones de interdependencia entre las ciudades vecinas y sus comunidades. En este universo, las prácticas ilegales y legales se confunden, flexibilizando los límites impuestos socialmente y creando diferentes posibilidades de desarrollo. El presente texto discute el “formateo” de la frontera y de las relaciones existentes entre los trabajadores responsables de la compra, transporte y reventa de las mercancías disponibles en Ciudad del Este. Por medio de entrevistas cualitativas, se intentan analizar las relaciones sociales entre los diferentes sujetos insertos en el “*circuito sacoleiro*”, destacando aspectos relacionados con los procesos de sociabilidad, organización y resistencia.

Palabras clave: Brasil; Paraguay; frontera; *circuito sacoleiro*; trabajo; contrabando.

Labor force and practices of smuggling in the border between Brazil and Paraguay

ABSTRACT

The border between Brazil and Paraguay is marked by a heavy flow of people, goods and capital, highlighting strong interdependencies between cities and their neighboring communities. In this universe, illegal and legal practices are confused by relaxing the limits imposed socially and creating different opportunities for

development. The text presented here is to discuss some of the formatting of the border and the relationship between employees responsible for purchasing, transportation and resale of goods available in Ciudad del Este. Through qualitative interviews, it is tried to analyze social relations between different subjects inserted in the “*hawking circuit*”, focusing on aspects related to the processes of socialization, organization and resistance.

Key words: Brazil; Paraguay; border; *hawking circuit*; labor force; smuggling.

REFERENCIA NORMALIZADA

Cardin, Eric Gustavo (2012) “Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai”. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 3, núm. 2, 207-234.

SUMARIO: Introdução. 1. A conjunta da fronteira e as práticas sociais dos trabalhadores. 2. O “*circuito sacoleiro*” e a fiscalização na visão dos trabalhadores. Considerações finais. Bibliografia.

Introdução

Os municípios de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) configuram a região fronteiriça de maior movimento na América do Sul. O intenso fluxo de pessoas, capitais e mercadorias atribuem uma importância significativa à localidade, como um espaço apropriado para um conjunto de atividades ilícitas. Neste sentido, a ponte que liga os dois países e o Rio Paraná que os separam (Foto 1), representam canais por onde circulam drogas, armas e mercadorias irregulares, veias que possibilitam lavagem de dinheiro e descaminho. Todavia, o lado obscuro da fronteira, com suas práticas ilegais e clandestinas, se entrelaçam com dimensões sociais cotidianamente aceitas na região.

Neste contexto, torna-se relevante investigar como as práticas sociais de inúmeros trabalhadores, ocupados nas diferentes atividades originadas pelas relações comerciais estabelecidas no mercado paraguaio, organizam e estabelecem os limites de suas ações. No interior de um universo dinâmico, milhares de sujeitos sociais disputam e se articulam em torno de interesses diversos, a luta pela sobrevivência de uns divide o mesmo território com os esforços ambiciosos de outros pelo lucro alto e fácil. A fronteira se apresenta como um imenso caldeirão, de conteúdo denso e quente, onde borbulham interesses e temperos diferentes, onde os aromas se misturam, resultando em uma realidade ímpar.

Embora pareça óbvio que o estudo das fronteiras esteja presente em todas as pesquisas que exijam um recorte espacial e uma maior concentração em determinados grupos sociais em detrimento de outros, durante muito tempo as discussões referentes ao assunto eram periféricas e marginalizadas dentro das universidades, o que dificultava a consolidação de teorias e metodologias mais apropriadas para

pesquisas nas regiões fronteiriças. Tal situação, promovida pelo próprio desenvolvimento histórico das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, vem sendo gradativamente superada, garantindo uma ampliação no volume de publicações sobre o assunto e também dos grupos de pesquisas.

Foto 1. Fronteira entre Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil)



Fonte: URL <<http://www.catre.org.br/foz-do-iguacu/turismo>>.

Em grande medida, as abordagens contemporâneas vêm garantindo avanços no entendimento conceitual e nas abordagens adotadas durante as pesquisas de campo. Neste sentido, ao longo do desenvolvimento das Ciências Sociais visualizam-se alguns modelos que garantiram aproximações e distanciamentos em relação à temática. Em um primeiro momento, as fronteiras eram estudadas exclusivamente por meio da observação da atuação do Estado no exercício de suas funções. A preocupação era direcionada exclusivamente à defesa da soberania nacional e aos interesses fiscais do país, quando focada no universo micro sociológico destacava os processos de construção da identidade nacional e os conflitos jurídicos ocorridos na região.

Esta perspectiva focada no controle estatal começa a ser questionada e aperfeiçoada com o aparecimento de investigações que envolviam uma relação mais direta com o campo de pesquisa, muitas vezes produzindo verdadeiras etnografias, como o

caso de Rabossi (2004). O resultado da mudança de olhar sobre as fronteiras garante um maior destaque para a flexibilidade e para a porosidade das fronteiras. Enquanto na primeira abordagem predomina o esforço em pensar as intervenções estatais na busca da defesa dos interesses políticos, econômicos e, até mesmo étnicos raciais, as abordagens mais recentes destacam os processos de construção de identidades híbridas e das práticas sociais nas regiões de fronteira.

A teoria da fronteira é uma teoria da cultura, pois é construída pelo reconhecimento e pela relação com o outro durante a práxis cotidiana. A produção norte-americana do final da década de 1980 e começo de 1990 superou as leituras mais tradicionais e rígidas sobre as fronteiras colocando destaque nos conceitos de sujeito, história e cultura (Grimson, 2003: 15). A antropologia produzida nas últimas décadas do século XX explicitou a importância da pesquisa etnográfica no entendimento destas regiões, demonstrando que as zonas fronteiriças são lugares de cruzamento e diálogos, de fluxos de pessoas, capitais e mercadorias, mas também locais de conflito e estigmatização. Não suficiente, demonstrou que cruzar as fronteiras não quer dizer abandoná-las, pois as trajetórias individuais carregam o conjunto de relações sociais vivenciadas nestas circunstâncias.

Nos estudos clássicos da antropologia, principalmente naqueles produzidos durante o século XIX e começo do século XX, o estudo da cultura dos grupos sociais, das comunidades nativas e supostamente mais fechadas, muitas vezes ignorava a existência de um período colonial e desconsiderava as potencialidades das relações interculturais, intersociais e dos conflitos. A preocupação era com os territórios, não com as fronteiras. Estes dois conceitos se aproximam apenas com o fortalecimento da prática etnográfica (Grimson, 2000: 15). A teoria de fronteira precisa desconstruir a fronteira para revelar os processos históricos por meio dos quais os limites são instituídos e seus significados configurados.

Atualmente, os modelos teóricos utilizados pelos estudiosos das regiões de fronteira ressaltam a importância das diferenças e conflitos, entendendo que o conjunto de práticas, modos de viver e costumes se relacionam essencialmente com as identidades, sendo cotidianamente organizadas pelos embates entre os diferentes polos. Neste sentido, observa-se que algumas teorias se sustentam na análise da relação entre o moderno e o pré-moderno. Nas abordagens de Gloria Anzaldúa (1999) e Emily Hicks (1991) o mundo pré-moderno consiste em culturas separadas e distintas, enquanto o moderno envolve o cruzamento cultural. Trata-se de observações dos conflitos entre tradições, onde ambos os autores se apresentam preocupados em defender as culturas mais particulares de sua suposta destruição.

Aproximando-se desta posição política, Héctor Calderón e José David Saldívar (1991) acreditam que para ser chicano não é suficiente ter nascido em determinado local, em certa posição de uma genealogia biológica e cultural. É preciso que o chicano se reconheça como tal e faça isso conscientemente. Ele precisa tomar partido e saber qual é o lado que apoia. Logo, os autores trazem outra questão pouco abordada até então, a ideia de resistência. Como destaca Lugo (2003), as

Ciências Sociais surge originalmente para contornar os conflitos, buscar a ordem, com isso conceitos que possam desafinar tal perspectiva acabam não conseguindo se consolidar dentro da universidade, como é o caso do conceito de resistência e também de prática social, pois ambos são sustentados por uma sociologia crítica.

O estudo realizado na fronteira do Brasil com o Paraguai transita por estes debates. Em primeiro lugar, não se separa a observação da atuação do Estado, contida no primeiro modelo, das constatações mais empíricas derivadas das entrevistas realizadas. Parte-se do pressuposto que a fronteira econômica e política é formatada durante o processo de expansão do capital associado aos interesses estatais (Mészáros, 2002). Todavia, os sujeitos não são um reflexo imediato das ações governamentais ou estruturais. Suas práticas sociais correspondem a respostas e reflexões (práxis) originadas das relações entre trajetórias individuais, do reconhecimento de classe (Thompson, 2005) e da conjuntura vivenciada.

Logo, a leitura realizada da fronteira não é panorâmica ou abstrata. Ela é construída durante as entrevistas e dialogada com a realidade onde os interlocutores estão inseridos. Ela corresponde a um movimento pendular constante, onde de um lado encontra-se o entendimento dos elementos estruturais do capital e do outro trabalhadores e trabalhadoras, com suas idiosincrasias derivadas de suas vidas particulares. A região investigada difere-se de universos onde as relações sociais fronteiriças se estendem acentuadamente para a cultura, para as relações privadas, contribuindo de forma mais significativa no processo de construção de identidades híbridas. As relações observadas ocorrem necessariamente dentro do mercado de compra e venda de mercadorias.

Contudo, isso não quer dizer que a relação com outro, com aquele que está além da fronteira não tenha importância ou impacto social. Como observa Grimson:

Un caso diferente son las ciudades eminentemente comerciales sin población aborigen. Allí las definiciones nacionales son prevalecientes: los intereses y sentimientos suelen definirse en términos nacionales (...) Estas zonas tienen también fuertes sistemas de intercambio (comerciales, políticos, culturales). En ese sentido, puede haber una mayor o menor permeabilidad de la frontera. Sin embargo, esas relaciones sociales (como mostraban Evans-Pritchard como Barth) no implican necesariamente una modificación de las clasificaciones identitarias y autofiliaciones nacionales. Más bien, es sobre la existencia de la frontera que se organiza un sistema social de intercambios entre grupos que se consideran distintos (2000: 28).

Degustar desta realidade e decifrar as texturas que compõem a conjuntura da fronteira exige o entendimento dos processos que fortalecem e oferecem os diferentes ingredientes existentes. A receita para este exercício necessita de dois procedimentos metodológicos. Em um primeiro momento é preciso analisar e entender as variáveis responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos diferentes mercados da região, iluminando as contradições sociais que formatam a realidade social de

interesse. E, ao mesmo tempo, é necessário resgatar as trajetórias dos sujeitos que alimentam a fronteira, visando compreender as relações sociais fundamentais na composição dos dilemas que buscamos entender.

O processo de desconstrução da conjuntura composta pelas relações no “*circuito sacoleiro*”¹, articuladas com outras práticas ilícitas ocorridas na fronteira do Brasil com o Paraguai, é apresentado e interpretado por meio da organização e da análise de entrevistas qualitativas. Estas entrevistas foram realizadas com os sujeitos sociais inseridos na estrutura hierárquica das ocupações existentes no mercado com o Paraguai. Foram entrevistados quinze trabalhadores em diferentes momentos, utilizando um roteiro semiestruturado e buscando o estabelecimento daquilo que definimos em outro momento como conversas qualificadas.

A escolha dos entrevistados obedeceu à recomposição de uma rede de contatos. Por meio de uma primeira entrevista iniciou-se um sequência de indicações posteriores, tentando abranger sujeitos inseridos nas diversas atividades possíveis da fronteira. O objetivo foi oportunizar o diálogo com as diferentes pessoas envolvidas no fluxo de mercadorias e capitais, de carregadores de volumes a proprietários de portos clandestinos. Durante a pesquisa tentou-se explorar o perfil dos trabalhadores, seus modos de atuação e, principalmente, as fronteiras que separam o caráter legal e ilegal das práticas realizadas. Com isso, o trabalho realizado caminha sobre uma concepção de fronteira que destaca seus desequilíbrios e sobre uma noção de experiência que valoriza a práxis cotidiana.

1. A fronteira e as práticas sociais dos trabalhadores

A região de confluência das fronteiras do Brasil, do Paraguai e da Argentina é portadora de imagens consolidadas e difundidas internacionalmente. Lá se encontram as Cataratas do Iguazu e a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, dois importantes atrativos que legitimam a vocação turística da conhecida tríplice fronteira. Por outro lado, ela também é lembrada pelas acusações da imprensa norte-americana de cúmplice do terrorismo internacional e de corredor de passagem de drogas e armas ilegais, que, segundo diferentes órgãos de segurança, abastecem os mercados mundiais. A região também se destaca por problemas fiscais, principalmente pela circulação de mercadorias ilegais e pela lavagem de dinheiro (Naím, 2006).

No bojo de tantas indagações e possibilidades encontra-se um fluxo populacional repleto de dinamismo. A formação demográfica da região é composta por ondas

¹ O termo “*circuito sacoleiro*” refere-se ao conjunto de relações sociais desenvolvidas durante o percurso realizado pelas mercadorias que saem do município paraguaio de Ciudad del Este e entram no Brasil de forma ilegal, via Foz do Iguazu.

migratórias nacionais e internacionais. A construção da Usina de Itaipu redesenhou a geografia local e promoveu uma explosão demográfica poucas vezes observada, triplicando a população local em menos de dez anos ao atrair trabalhadores de diferentes regiões do Brasil e do Paraguai, que se somaram aos diferentes grupos étnicos que já existiam na região (Catta, 2002). Atualmente, mais de setenta etnias convivem no mesmo espaço, com o predomínio de chineses e árabes. Inseridos na cultura local de maneira heterogênea, os imigrantes desempenham um papel político pouco nítido, mas, por outro lado, funções significativas na economia da fronteira (Amaral, 2010).

Os imigrantes desempenham suas atividades no Brasil e no Paraguai como proprietários de inúmeros estabelecimentos comerciais e educacionais. Lojas de departamento, de tecidos, bebidas, perfumes, roupas, livros, alimentos, eletroeletrônicos, peças para carros, além de colégios e faculdades são administradas por membros das diferentes colônias existentes na tríplex fronteira, garantindo uma forte estrutura para a oferta de serviços na região e, conseqüentemente, para a criação de milhares de empregos. Esta dimensão econômica da fronteira se entrelaça com o setor turístico, composto pelos hotéis, restaurantes e demais atrativos, formatando o suposto mercado de trabalho formal.

Todavia, a operacionalidade dos diferentes ramos econômicos de Foz do Iguaçu/Brasil e Ciudad Del Este/Paraguai é intimamente vinculada às atividades informais, ilegais e precárias. O setor turístico é altamente dependente dos “*auxiliares de captação de turistas*”, e dos “*guias*” que atuam de maneira irregular, sem salários e carga horária de trabalho previamente definidos. Os empregos regularizados existentes no ramo, como os desempenhados por porteiros, carregadores de bagagem, cozinheiros, zeladores e camareiras, segundo dados do Ministério do Trabalho do Brasil, correspondem às atividades que mais absorvem mão-de-obra na fronteira, mas que, por outro lado, são aqueles que pior pagam e que menos exigem qualificação técnica.

O comércio regional é fortemente dependente do turismo de compras e das atividades desenvolvidas pelo “*circuito sacoleiro*”, ou seja, por toda a logística que envolve a compra, revenda e transporte de mercadorias disponibilizadas no mercado de Ciudad Del Este/Paraguai. Durante a década de 1990, aproximadamente 40,23% da população economicamente ativa da região desenvolvia alguma atividade relacionada ao “*circuito*”, ocupando os postos de “*laranja*”², “*cigarreiro*”³, “*barquei-*

² Trabalhador contratado informalmente para transportar determinada quantia de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como “cota”. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.

³ Trabalhador responsável exclusivamente pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade.

ro”⁴, “*sacoleiro*”⁵ e outras. Contudo, os contornos de tais práticas vêm se transformando nos últimos dez anos, principalmente devido às modificações nas formas de fiscalização e controle aduaneiro implantadas pela Polícia e Receita Federal do Brasil.

As práticas regulamentadas se misturam com as irregulares numa relação de interdependência, e os diferentes sujeitos envolvidos nas atividades derivadas do comércio com o Paraguai são nivelados e observados pela mídia e pelo poder público de forma generalizada. Muito disso se deve ao fato da organização do comércio e da logística de funcionamento do turismo de compras, do “*circuito sacoleiro*” e do contrabando de armas e drogas possuir inúmeros pontos de intersecção. As lojas e os vendedores que disponibilizam as mercadorias no mercado de Ciudad Del Este, e os “*freteiros*”⁶ contratados para transportar as compras realizadas para o Brasil, muitas vezes prestam serviço para os turistas e também para os “*compristas*” (“*laranjas*” e “*sacoleiros*”), onde a diferença entre as práticas encontra-se exclusivamente na quantidade de produtos adquiridos (Foto 2).

Foto 2. Trabalhadores retornando do Paraguai em direção ao Brasil



Fonte: Arquivo do Autor.

⁴ Trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias pelo Rio Paraná.

⁵ Trabalhador responsável pela intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Ele é, ao mesmo tempo, o atravessador e o distribuidor no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um *patrão*.

⁶ Trabalhador responsável pelo transporte de mercadorias do Paraguai para o Brasil através de “empresas” de exportação.

A relação entre o “*circuito sacoleiro*” e o contrabando⁷ de armas e drogas é mais delicada, pois ambas as atividades possuem organizações semelhantes e, muitas vezes, ocupam o mesmo espaço de distribuição. Esta situação permite generalizações e uma condenação primária de qualquer prática social vinculada ao transporte ilegal de mercadorias disponibilizadas no Paraguai, independentemente do tipo da mercadoria. Deste modo, o contrabandista responsável pela negociação de produtos ilícitos (drogas, por exemplo) não é separado daquele que trabalha transportando e revendendo periféricos de computador sem o pagamento dos tributos específicos. Em outras palavras, atividades juridicamente distintas acabam sendo equiparadas na cotidianidade pela mídia e pela forma de combate exercida pela Receita e Polícia Federal.

As relações econômicas existentes entre Brasil, Paraguai e Argentina, que possibilitam o crescimento de toda a região investigada, não são sustentadas exclusivamente por indicadores oficiais. Inúmeras pesquisas realizadas apontam para a possível existência de uma economia paralela que pode superar as quantias de capital movimentadas pelos setores de serviço e produtivo, fomentando um universo composto pelos conflitos entre as práticas, as posturas, os modos de viver e as ideologias, fundamentadas em relações dialéticas que se perdem entre as definições do oficial/extra-oficial, do legal/ilegal, do moral/imoral e do justo/injusto. Assim, a acumulação, a manutenção e a expansão do capital, dentro desta conjuntura, não se limitam às normas comerciais internacionais, às definições tributárias ou às legislações trabalhistas; elas buscam sua sustentação flexibilizando e subvertendo regras e aproveitando-se da miséria dos homens.

As diferenças econômicas e políticas existentes na fronteira garantem a ocorrência de inúmeras formas de trabalho baseadas nas desigualdades existentes entre os países limítrofes. São trabalhadores, empresários, especuladores e mais uma quantidade incontável de ocupações que nascem exclusivamente no intuito de se aproveitarem das possibilidades oficiais e extraoficiais criadas pela situação de fronteira. O que garante as relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre os países não é a igualdade ou a suposta aproximação derivada de uma irmandade latino-americana, mas as diferenças, os conflitos, a possibilidade de explorar os recursos e as possibilidades oferecidas pelo outro país em seu favor e interesse. Esta é a essência do trânsito turístico e também do próprio “*circuito sacoleiro*”. Em ambos os casos, o objetivo é apropriar-se instrumentalmente das particularidades do país vizinho, seja com um atrativo turístico ou uma mercadoria que tem preços convidativos, permitindo a revenda e a obtenção de lucro.

⁷ No Brasil existe uma diferenciação jurídica entre descaminho e contrabando. O descaminho corresponde a compra de mercadorias estrangeiras sem o pagamento do imposto correspondente. Por outro lado, o contrabando consiste na importação e exportação de mercadorias proibidas, como armas e drogas.

No entanto, os problemas apresentados não ficam restritos aos aspectos macrosociais, eles atingem diretamente o cotidiano da população local. Em outras palavras, as consequências de todas as imprecisões e do flerte das práticas legais e ilegais nas experiências dos sujeitos, que habitam a região da tríplice fronteira, podem ser observadas nos processos de sociabilidade e na construção das identidades. A auto definição dos entrevistados e os vínculos afetivos, construídos durante o desempenho de suas atividades, explicitam a flexibilidade da fronteira que separa aquilo que é aceito daquilo que é recusado e, conseqüentemente, das coisas ou das práticas que garantem uma maior ou menor representatividade. Em outras palavras, a variação na distância entre o legal e o ilegal atua diretamente nas características atribuídas as próprias identidades.

As práticas dos trabalhadores pertencentes ao “*circuito sacoleiro*” não são estáveis ou perenes. Elas são constantemente modificadas na busca de uma maior eficiência no transporte, e na distribuição das mercadorias vendidas no centro comercial de Ciudad del Este para todo o território brasileiro. No entanto, existem outras razões que forçam o “*circuito*” a desenvolver novas formas de atuação e organização. As transformações econômicas e políticas, principalmente aquelas direcionadas para as questões tributárias e aduaneiras, atingem diretamente o cotidiano de trabalho de sacoleiros e laranjas, fazendo com que estes reelaborem suas redes de relações, extinguindo antigas ocupações e criando outras. De forma geral, a cotidianidade existente na região da fronteira não é um reflexo exato das ações particulares dos sujeitos sociais, como também não é o resultado de um movimento determinista de uma estrutura invisível aos homens.

A vida destes trabalhadores e as relações estabelecidas durante suas trajetórias não se configuram e não são visualizadas de uma forma homogênea e linear. O cotidiano é o resultado dos conflitos e resistências dos trabalhadores que buscam a sobrevivência e os espaços de liberdade, no interior de uma realidade marcada pela coerção e padronização de usos e costumes. As transformações na organização do “*circuito sacoleiro*” representam leituras, interpretações e respostas aos esforços dos órgãos governamentais em combater ou pelo menos fragilizar suas práticas. Contudo, não são as únicas consequências dos conflitos imediatos estabelecidos com os interesses do governo. Através das entrevistas realizadas constatam-se a fragmentação, os embates e os posicionamentos dos trabalhadores em relação à fiscalização na fronteira e ao tipo de serviço que realizam.

O “*circuito sacoleiro*” possui algumas características marcantes como, por exemplo, a informalidade, a clandestinidade e a hierarquia interna que sustenta o seu funcionamento. Por sua vez, tais aspectos promovem reações peculiares entre os sujeitos nele inseridos, atingindo as relações sociais de uma maneira ampla. As amizades e os demais relacionamentos que ocorrem dentro da esfera do trabalho são

marcados por desconfiança e precaução. Muito disto se deve à instabilidade e insegurança das ocupações, como também à vontade sempre presente de “melhorar de vida”. A interlocutora Sandra, que atua como “batedora”⁸, afirma que o seu “núcleo de amizade é baseado nos familiares, embora todos trabalhem com muamba”⁹. De maneira geral, diz ter poucos amigos, mas todos envolvidos com o “circuito”, fato que exige uma atenção especial, pois nem todos os trabalhadores transportam apenas mercadorias. Neste sentido, ela afirma:

Este tipo de relação traz uma desconfiança maior nas relações, muitas vezes você não sabe direito o que está sendo passado, são caixas fechadas. Mas dá para perceber as coisas, quem trabalha com coisa errada de um dia para outro aparece com carrão, num tem casa própria, mas anda com carro do ano. Passando apenas mercadoria você não consegue isso rápido assim.

A posição de David a respeito de suas relações com os outros trabalhadores do Paraguai possui perspectiva semelhante. Afirma categoricamente que as relações que mantém com os outros trabalhadores do Paraguai é exclusivamente de interesse, o que ocorre é uma troca de favores: “quando um precisa de ajuda para transportar ajudamos, quando precisamos de mais pessoas para transportar chamamos quem está precisando na época, mas nós não somos amigos de frequentar a casa um do outro”. Em outros termos, o interlocutor reafirma o posicionamento expresso por Sandra:

No Paraguai, amigo de verdade não tem. Porque quando você lida com coisa ilícita, parece que incorpora em você até outro lado. Para você ter amigo de verdade, você precisa ter compaixão, é um sentimento que na muamba não tem, como no tráfico também não. Por você estar na ilegalidade isso entra em você, têm muita falsidade, coisas assustadoras. Não existe uma amizade verdadeira, há apenas a amizade de interesse.

As respostas de Fabiano também se aproximam das expostas anteriormente, porém ampliam as influências das relações que ocorrem no interior do “circuito” para o espaço familiar:

Não dá para falar que meu trabalho não interfere nas minhas relações familiares. Quando a gente faz coisa errada eu não conto, tem certas coisas que é melhor eles

⁸ Dirige os automóveis que vão à frente dos veículos que transportam as mercadorias compradas no Paraguai. O objetivo é verificar as “condições” da pista e comunicar aos *sacoleiros*. Em outras palavras, o trabalho dos *batedores* é conferir e avisar se os postos de fiscalização da Política e da Receita Federal estão funcionando e se existe algum tipo de fiscalização realizada ao longo da rodovia.

⁹ Gíria utilizada para designar itens de contrabando.

não sabem para não ficarem preocupados. Tem vezes que é preciso correr, fugir da polícia, fugir dos tiros, não gosto que eles saibam disso.

O sigilo nas relações estabelecidas com os “sacoleiros” desenvolve uma situação de incerteza. Ao mesmo tempo em que o “agenciador”¹⁰ precisa “confiar no cliente” para que o “contrato” seja efetivado, a dúvida está sempre presente, impedindo um aprofundamento nas relações ou nos vínculos estabelecidos. Sobre isso, Fabiano se queixa do fato de ter que trabalhar no escuro, sem a certeza daquilo que transporta: “O sacoleiro fala o que é e não abrimos o volume. Então pode ser arma, droga, enfim, qualquer coisa, depois a pressão cai pro nosso lado quando a polícia vem bater”. No meio da insegurança “não existe muito tempo para fazer amizade, é muita correria, você passa quase todo tempo trabalhando”, no Paraguai “as pessoas passam muito rápido por você, não há como ter uma relação longa, assim não dá para ter amizade”.

Muito desta desconfiança e desta dificuldade em desenvolver e manter relações mais estáveis é derivada da concorrência entre os trabalhadores existente no interior do próprio “circuito”. Neste sentido, um dos elementos presentes nas conversas realizadas diz respeito à difícil tarefa dos “laranjas” em conseguir um “patrão”. Este corresponde ao topo da hierarquia no transporte de mercadorias, é ele quem possui o dinheiro a ser usado nas compras e é ele quem “contrata” os “sacoleiros” para transportar os produtos adquiridos. O “patrão” pode ser tanto o próprio dono de uma loja que revende os produtos em qualquer lugar no Brasil, quanto um grande atravessador que abastece de mercadorias um conjunto de recintos comerciais previamente determinados. No entanto, são poucos os “patrões” que fazem as compras pessoalmente; o habitual é ele contratar um grupo de “sacoleiros” para adquirir os produtos e transportá-los pelo país, sendo que o número de contratados depende do valor dos negócios realizados pelo investidor.

Aqueles trabalhadores que têm seus “patrões” bem definidos, e são fiéis a eles, conseguem realizar mais viagens devido aos pedidos constantes realizados pelos “superiores”, isso vale tanto para os “sacoleiros” quanto para os próprios “laranjas”. Além disso, a rentabilidade dos contratados depende também do tipo de mercadoria transportada. Os “laranjas” que não possuem vínculo com um “patrão”, transportam de modo indiferente qualquer mercadoria. Já aqueles que têm relações hierárquicas definidas sabem claramente quais são os tipos de mercadorias que estão carregando consigo, privilegiando desta forma os periféricos de informática. Estes são os únicos produtos que têm uma cota em dinheiro fixa para o transporte,

¹⁰ Trabalhador responsável pelas articulações entre os diversos sujeitos inseridas no “circuito”, garantindo as ligações entre sacoleiros, laranjas e proprietários de portos.

por isso os “*laranjas*” que trabalham apenas nesse ramo são conhecidos como cotistas.

Na conversa estabelecida com David constata-se um pouco da natureza desta concorrência, e das disputas estabelecidas entre os trabalhadores:

Eu vivi situações onde, por inveja de algumas pessoas em relação ao meu patrão, eu fui ameaçado. Várias pessoas ligavam para ele para tentar puxar o meu tapete, mas por eu ter uma relação de confiança com ele, meu patrão não ligava. Eu não posso reclamar dele, ele garantia exclusividade e pagava bem. Mas neste negócio tem pessoas perigosas. Como também já fui ameaçado simplesmente por conversar com o patrão de outro sacoleiro. Nem sempre existe confiança, eu tenho vários amigos que foram assaltados e depois não foram mais chamados para trabalhar. Tenho um amigo, por exemplo, que um dia desceu do ônibus com sete mil dólares, quando ele foi caminhar um motoqueiro passou e levou o dinheiro dele. Na hora ligou para o patrão dele, mas na outra semana ele não tinha mais serviço. No Paraguai é assim, para você estar empregado precisa de um minuto, mas para você estar sem serviço é mais rápido.

Contudo, não é somente nas disputas pelos melhores padrões que se encontra a concorrência e, muitas vezes, as relações desleais. Existem pessoas que se fingem de “*laranja*” para roubar mercadorias e enganar “*sacoleiros*”, criando mais insegurança e incerteza nas relações estabelecidas na fronteira. Durante muitos anos a credibilidade dos produtos disponibilizados no Paraguai foi questionada. Produtos piratas, sem garantia, com rótulos trocados ou com caixas trocadas eram histórias comuns entre os aventureiros que desbravavam Ciudad del Este ao longo das décadas de 1980 e 1990. Porém, a própria concorrência entre os inúmeros estabelecimentos existentes no centro comercial da cidade exigiu a diminuição de tais práticas. Por outro lado, surgiram outras, como aquelas exercidas por supostos “*laranjas*”, com o objetivo de desviar as mercadorias adquiridas pelos “*compristas*”. David, por exemplo, relata que “*outro dia chegou um cara de Goiânia que queria comprar doze caixas de cigarro. Ele conversou com uns caras e marcaram uma hora para passar as caixas para ele na ponte. O coitado de Goiânia ficou esperando a noite inteira pela mercadoria que nunca apareceu*”.

Concorrência, disputas internas e traição marcam as relações informais entre os trabalhadores do “*circuito*”. Todavia, este também é regido pelas leis do mercado, oscilando os preços pagos pelos serviços realizados pelos trabalhadores conforme a demanda de trabalho e a rigidez nos processos de fiscalização estabelecidos pela Receita Federal. Embora existam tentativas de derrubar o outro para conseguir o melhor “*patrão*”, ou a melhor entrega, raros são os casos onde os trabalhadores apresentam intenção em mudar de ocupação no interior do próprio “*circuito*”, o que permite supor que as possibilidades de ascensão no interior da hierarquia são escassas para não dizer nulas. Quando questionado sobre o assunto, Fabiano fala de forma irônica que “*mudaria de função dentro dos negócios do Paraguai apenas se*

fosse para ganhar mais, acho que viraria dono de porto¹¹, pois eles ganham bem (risadas)!”.

Tornar-se dono de porto não é um dos sonhos mais fáceis de ser realizado. Embora exista disputa entre eles, principalmente pelos melhores clientes, aparentemente os territórios ao longo da barranca do Rio Paraná são bem definidos e não envolvem grandes conflitos. Como salienta Fabiano: *“existe um respeito entre os donos dos portos, não é igual no Rio de Janeiro, onde as pessoas se matam. Aqui ninguém se mete no negócio dos outros”*. Como já afirmado, ninguém sabe ao certo o número de portos existentes, muito menos o número de proprietários. Como existe certa fidelidade entre *“porto-patrão-sacoleiro”*, frequentemente o conhecimento transmitido pelos interlocutores é referente apenas à estrutura que utiliza. No entanto, Sandra, devido ao tempo que atua no *“circuito”*, esboça uma visão panorâmica sobre o assunto:

As pessoas que possuem portos clandestinos são aquelas que quando aumentou a fiscalização na aduana foram para a beira do rio. Não houve um processo exatamente, geralmente os que se dizem “donos” moravam na beira do rio e tomaram conta daquele espaço, é claro que não é qualquer um que podia, sempre há a lei do mais “forte”, o “chefe”.

Segundo a própria interlocutora, não existe uma regra para a constituição dos portos. Neste sentido, afirma que em outra região da cidade *“os donos dos portos são aquelas pessoas que compram uma chácara com acesso ao lago, possibilitando a abertura dos portos clandestinos”*. Nestes casos, os proprietários *“fazem amizades com os paraguaios e combinam os valores que cada um irá ganhar por caixa passada ali, que geralmente não é mais que três reais pra cada um”*. Segundo Sandra, o seu patrão utiliza quatro portos diferentes que são administrados por três pessoas distintas, sendo dois pertencentes à mesma família, porém ela faz questão de destacar que eles *“não são exatamente donos, eles usam os portos porque estão ali há mais tempo e são respeitados pelos demais”*.

Como a maioria dos interlocutores, Sandra fala com muita desconfiança a respeito dos conflitos existentes nos portos clandestinos e, tentando desconversar, afirma não ser necessário responder sobre as supostas disputas; bastava ver os programas policiais que cobrem a região oeste do Estado do Paraná/Brasil. Entretanto, admite certo desconforto entre os trabalhadores que disputam *“patrões”* no *“circuito sacoleiro”*. Sobre isso afirma que:

Os “donos” não brigam pelo menos é o que sei, mas quem sempre intimida é as pessoas que pegam as mercadorias no Paraguai. Por exemplo, se um pegar o cliente

¹¹ Responsável pela administração dos portos clandestinos na barranca do Rio Paraná.

do outro, aí ameaça e daí por diante. Um exemplo foi quando meu patrão trabalhava com um pessoal do Distrito Federal e eles mudaram o passador, deixaram o meu patrão e foram trabalhar com uma mulher, ela passou duas ou três vezes pra eles e disse que tinha “perdido” as mercadorias, logo depois, voltaram com meu patrão novamente e a mulher começou a ameaçar ele, dizendo que havia pego seus clientes. São esses tipos de coisas que acontece.

No intuito de esclarecer as relações do “circuito” e apontar os locais de possíveis conflitos no interior da hierarquia, Sandra faz uma síntese das relações, descrevendo as ocupações e os valores movimentados durante essas práticas estabelecidas:

Em relação aos diferentes cargos, o patrão é aquele que manda, mas este não tem acesso aos barqueiros e nem aos “donos” dos portos. Todos fazem o melhor pra ele chegar à cidade de destino com suas mercadorias por que é ele que define se haverá trabalho ou não. Se ele perder as mercadorias ou não mais voltar não haverá mais trabalho, logo ele precisa ser bem atendido. Tem o encarregado de pegar as mercadorias do patrão e passar ao cara que leva até ao porto entregar ao “dono” do porto (lado paraguaio) e passa aos barqueiros (que geralmente são crianças). Estes levam até o outro lado do rio, entregam ao “dono” do porto do lado brasileiro que entrega ao mesmo cara que levou ao porto do lado paraguaio, que entrega ao encarregado que leva ao patrão.

Na descrição realizada, não são apresentados os focos de maior tensão. Sandra busca apresentar o “circuito” dentro de uma perspectiva equilibrada, demonstrando uma suposta harmonia entre as partes que compõem a organização do trabalho clandestino na fronteira do Brasil com o Paraguai. Neste sentido, na continuidade de sua narração, aponta alguns aspectos que seriam importantes para a reflexão das possibilidades de ascensão na hierarquia na fronteira:

Não há disputa de cargos para definir quem é dono do porto e este não se esforça muito para conseguir clientes. “Os patões” ficam próximo ao rio esperando e ganha o dele que é muito! Pois passam mais de 500 caixas ou mais por noite, cobram 10 reais por caixa e pagam 3 para o barqueiro do lado brasileiro e pagam mais 4 reais por caixa para o porto daqui, no total pagam de 15 a 20 reais a caixa de um porto a outro, mas é preciso considerar o passador e o carro alienado que leva até o “hotel”. Uma caixa sai por mais ou menos 90 reais para o patrão. Os únicos que entram em conflitos são as pessoas que pegam os patrões e não querem muitas vezes subir na hierarquia por que o mais “difícil” é vender ou arrumar clientes para repassar as mercadorias. Muitos têm lojas, mas precisam muitas vezes de notas fiscais e começa a complicar, então preferem ficar cada um no seu posto e ganhar o seu.

“Encarregados” ou “agenciadores”, “laranjas” ou “passadores”, “sacoleiros”, donos/proprietários de portos, barqueiros, carros alienados, hotéis e clientes representam as peças presentes no imenso tabuleiro que é a fronteira do Brasil com

Paraguai. Inúmeras estratégias são desenvolvidas para que os negócios ocorram como o planejado e, de forma semelhante, inúmeras relações marcadas por tênues fios de confiança dão vida à realidade estudada. Disputas e conflitos aparecem nas conversas de maneira singela e, muitas vezes, desconfiada, abrindo espaço para a suposição de que as lacunas existentes nas conversas referentes às brigas por espaço no “*circuito*” reafirmem a sua existência, simplesmente pelo temor de falar sobre elas. A contradição de viver uma situação de conflito sem identificá-lo também é visualizada na relação que os trabalhadores estabelecem com os agentes federais responsáveis pela fiscalização.

2. O “*circuito sacoleiro*” e a fiscalização na visão dos trabalhadores

A realidade social na qual estão inseridos os trabalhadores é instável. As disputas por clientes, a busca dos melhores preços e dos melhores agenciadores, o conflito silencioso pela barranca do Rio Paraná aquecem as relações existentes na fronteira. No entanto, quando tudo parece estar pronto para explodir e antes dos conflitos no interior do “*circuito*” vir a público, a calma nas palavras, nos discursos e nas práticas volta a camuflar a instabilidade sempre presente. O receio de ampliar o universo social para além dos poucos amigos de confiança existente entre os trabalhadores do “*circuito*”, e a discrição nas exposições referentes às relações de sociabilidade existentes, escondem os atritos e os espinhos. Desconversar e se silenciar corresponde às formas mais fáceis de responder às perguntas que visam penetrar em regiões movediças, que podem ter como resultado situações que fogem do controle de qualquer um dos sujeitos envolvidos no processo de investigação.

A contradição de viver e não falar, de sentir e se silenciar, não deriva das mesmas razões que fazem com que os trabalhadores expressem um sentimento simultâneo de respeito e ódio pelos agentes responsáveis pela fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai. Na primeira situação abster-se de se posicionar diante das inquietações expostas é um mecanismo de defesa, muitas vezes de proteção à própria vida. Na segunda é a expressão da compreensão dos “*sacoleiros*” e “*laranjas*” referente ao problema no qual estão inseridos e também dos limites implícitos de suas ações. Muitas vezes a raiva de ter as mercadorias apreendidas, as bolsas abertas e as vidas bisbilhotadas, se alenta no reconhecimento das posições antagônicas dos sujeitos sociais que vivenciam a cotidianidade da fronteira.

O aprofundamento do processo de criminalização do “*circuito sacoleiro*”, durante os primeiros anos do século XXI, definiu com mais clareza as posições existentes. A suposta ilegalidade da atividade, vinculada e divulgada como contrabando, misturada com preconceitos derivados das proximidades com as rotas de tráfico e exorcizada como fonte de sustentação de terrorismo internacional, estigmatizou trabalhadores e forneceu argumentos para a perseguição. Práticas antes aceitas pela maioria da população da fronteira começam a ser questionadas. O sentimento de viver

através de uma atividade constantemente atacada pelas personificações do modelo social hegemônico alimenta angústias, como expressa David ao reclamar da maneira como sua atividade é observada na região: *“Existe um preconceito muito grande em relação a nós, mas as pessoas não percebem que se não fosse o Paraguai não existiria movimentação de dinheiro na cidade e esse monte de loja que tem em Foz não teria como se manter”*.

As opiniões dos interlocutores sobre a existência do *“circuito sacoleiro”*, a fiscalização estabelecida na fronteira e as possíveis maneiras de solucionar os problemas que isso tudo envolve, explicitam os contornos dos conflitos ocorridos na região. Deise, embora não corra perigo de perder o emprego de vendedora em uma das lojas existentes nas galerias de Ciudad del Este, por ser filha de pai paraguaio e, conseqüentemente, protegida pelos direitos trabalhistas do país vizinho, teme pelo futuro das pessoas que trabalham com ela. Na concepção da interlocutora, *“o combate ao contrabando está dificultando a vida de muitas pessoas que buscam a sobrevivência na fronteira, principalmente daquelas mais simples, que não tem um padrão forte”*. Ela cita como exemplo os *“cigarreiros”* que ganham pouquíssimo por cada volume atravessado e ainda precisam dividir com aquele que espera a mercadoria embaixo da ponte. Segundo ela, esses são os trabalhadores mais carentes e, mais do que os outros, correm o risco de cair na criminalidade. Para ela, *“é necessário combater o contrabando, mas, desenvolvendo simultaneamente empregos legais no Brasil”*.

Mário tem uma posição semelhante, acreditando que *“a solução para o problema encontra-se na geração de um maior número de empregos para a população”*, e na criação de uma rede de assistência básica para o desempregado. De maneira geral, alguns trabalhadores acreditam que a origem do *“circuito”* encontra-se na atual configuração do mercado de trabalho brasileiro. Contudo, isso não significa que todas as variáveis existentes no processo sejam visualizadas e que esta posição seja hegemônica. Roberto, por exemplo, é um pouco mais pessimista quando retrata o assunto, e duvida do desenvolvimento de um número de empregos que venha a atender toda a população de *“sacoleiros”* e de *“laranjas”*. Não suficiente, ele também não acredita que o combate às práticas desses trabalhadores irá acabar com o descaminho, pois, em sua opinião, sempre surgirão novos meios para negociar as mercadorias:

Não adianta a policia ficar parando todo mundo na ponte, pois apenas uma parcela da mercadoria contrabandeada passa por ali. Acho que eles precisam fiscalizar melhor o rio e as transportadoras, mas acredito que mesmo assim o problema ainda vai existir. Os sacoleiros sempre arrumam uma nova maneira de burlar a fiscalização e continuar fazendo o seu serviço deles.

As mudanças nos processos de fiscalização são acompanhadas de transformações e novas adaptações na logística empregada pelos trabalhadores na compra, no

transporte e na revenda das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este. Assim, embora o desenvolvimento regional busque afastar ou neutralizar a importância de tais práticas na economia local, elas continuam presentes, um exemplo disso é o fortalecimento dos portos clandestinos existentes no Rio Paraná ao longo da última década. Os conflitos entre os esforços na definição de uma vocação econômica para a região das três fronteiras, e a permanência/resistência do “*circuito*” são mantidos. Neste contexto, o processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas, também se torna constante.

A posição de Sandra aproxima-se das anteriores, mas traz um novo elemento para discussão, o preço das mercadorias vendidas no Paraguai. Segundo a interlocutora, “*as muambas nunca vão acabar por causa da lucratividade, as lojas paraguaias e brasileiras que vendem as mercadorias ganham muito devido ao não de pagamento dos impostos*”. Na mesma perspectiva, Fabiano é objetivo quando fala sobre o assunto:

O trabalho na fronteira existe por causa do preço. É tudo mais barato, um DVD no Brasil custa 30 reais no Paraguai se paga 2, sem falar dos eletrônicos, dos brinquedos, da informática, os impostos no Brasil são caros demais. Se fosse tudo a mesma coisa não haveria esse comércio.

A diferença de preços explicitada por Sandra é reafirmada por Fabiano, que complementa a afirmação ao alertar e vincular a situação narrada aos problemas tributários existentes no país, ou melhor, aos altos impostos cobrados no Brasil. Todavia, a identificação que o pilar de sustentação do “*circuito*” encontra-se na existência de políticas aduaneiras e de fronteiras distintas entre os países pertencentes ao MERCOSUL, não garante que a intervenção governamental na fronteira seja direcionada a estas políticas. Embora as modificações na cobrança de impostos possam favorecer a produção e a circulação dos produtos nacionais, ela incidiria diretamente na arrecadação do governo e no controle que ele tem da economia. Desta forma, visando não interferir nos interesses do Estado e, muito menos, nos grupos econômicos brasileiros vinculados ao setor produtivo, a resolução do problema na concepção estatal encontra-se no ataque à atuação dos trabalhadores do “*circuito sacoleiro*”.

Neste sentido, a ação do governo fica concentrada na tentativa de disciplinar e controlar a fronteira, com investimentos na estrutura de fiscalização e nas operações especiais de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. O resultado tem sido um aumento no valor das apreensões, e um conjunto de rearticulações dos trabalhadores na tentativa de manter suas práticas. Por outro lado, fomentou uma mudança na paisagem da fronteira com a visível diminuição gradativa no número de pessoas e de veículos durante as duas últimas décadas. Mas tal colocação não significa que o capital e a quantidade de mercadoria que circulam na região tenham diminuído (Foto 3). Cláudio também destaca os preços e a atuação dos agentes

federais na fronteira, mas lembra da capacidade dos trabalhadores em criarem novas formas de transporte e entrega das mercadorias:

O contrabando não vai acabar devido aos preços das mercadorias, que tem muita diferença. Porém, a fiscalização ajudou a diminuir a circulação que existia antes. Muitos tiveram prejuízos e perderam o capital que tinham, mas o ser humano sempre se adapta à situação, arrumando alternativa para entregar suas muambas.

Foto 3. Aduana brasileira na fronteira com o Paraguai (Posto de Fiscalização)



Fonte: URL <<http://www.diariodoscamos.com.br>>.

Conversando com os trabalhadores é possível observar a existência de posições bem definidas referentes à existência do “*circuito sacoleiro*” e do papel do Estado na região limítrofe do Brasil com o Paraguai. Na concepção dos “*sacoleiros*”, “*laranjas*” e demais trabalhadores ocupados nas atividades surgidas nas relações comerciais da fronteira, o desemprego, a falta de oportunidades no mercado nacional e os atrativos de Ciudad del Este justificam e explicam a origem de toda a movimentação que ocorre nas proximidades da Ponte da Amizade. Não suficiente, o reconhecimento dos motivos que levam os trabalhadores a desempenharem tais ocupações também permite um entendimento da presença e da atuação dos agentes aduaneiros. Segundo Sandra, “*quando a polícia e a receita federal apreendem, fiscalizam, estão fazendo a parte deles. Eles estão certos, precisam defender os*

interesses deles. Mas nós estamos fazendo isso para sobreviver, falta emprego, não vou roubar, matar”.

A noção de ilegalidade do “*circuito*” vem acompanhada da necessidade de sobrevivência de milhares de pessoas, que ao reconhecerem o seu caráter jurídico iluminam a compreensão da intervenção do Estado e da função fiscalizadora e repressora de seus agentes. A existência do “*sacoleiro*” está condicionada à existência das leis que impedem sua atividade, da mesma forma, o policiamento na fronteira só ocorre devido à permanência das práticas de contrabando e descaminho. São duas situações opostas, mas interdependentes. Como sintetiza Fabiano, numa frase que explicita a leitura que os trabalhadores têm dos conflitos sociais na fronteira: “*Eu não gosto de ficar falando mal da polícia e da receita. Eles fazem o trabalho deles e nós fazemos o nosso. Se eles não existissem, nós também não existiríamos. Se nós não existíssemos, eles também não existiriam, um depende do outro”.*

A fala dos interlocutores revela a existência de interesses e de classes sociais diferentes, mas que não sustentam a adoção de uma postura mais crítica diante da realidade antes descrita. Saber que os agentes federais e os trabalhadores do “*circuito*” representam lados antagônicos não significa o entendimento do processo histórico ou dos fundamentos estruturais que os colocam em situações tão diferenciadas, isso interfere diretamente na organização e na concepção política dos trabalhadores referente à fronteira. Quando instigada a falar a respeito dos conflitos que esporadicamente ocorrem nas proximidades da Ponte da Amizade, e dos postos de fiscalização da Receita Federal, a interlocutora Sandra afirma nunca participar da movimentação, pois “*quando a polícia fiscaliza, ela está fazendo a parte dela, está trabalhando para o Estado, embora esteja atrapalhando nosso negócio. Nós não podemos reclamar”.*

Os trabalhadores reconhecem o *status* da ocupação que desenvolvem e têm consciência da precariedade que circunda o “*circuito*” e da necessidade econômica que os obrigam ao desenvolvimento de tais práticas. No entanto, nada disso elimina a lei. A busca pela sobrevivência e por conforto pessoal não elimina o fato de o “*circuito*” envolver atividades ilegais, justificando a aceitação da fiscalização e da atuação da receita. Logo, as mobilizações ou qualquer expressão de resistência ao processo aduaneiro, correspondem mais a uma reação de descontentamento, um desabafo, uma explosão de sentimento em relação a uma situação concreta que o trabalhador se reconhece incapaz de mudar. No meio de muitas risadas, David narra um acontecimento ilustrativo vivenciado na região da fronteira:

Uma vez agarrei uma sacola e saí correndo para fugir da fiscalização, parecia uma competição. Apareceu a receita e um guardinha atrás de mim, a galera gritava na aduana, vai, corre mais, eles estão longe! Até eu conseguir escapar. Foi uma cena bem legal aquele dia. Todo mundo parado, bastante gente na ponte gritando e eu e o guardinha correndo até na baixada... Quando eles viram que o guardinha não aguentava mais, todos gritaram vibrando! Parecia uma torcida de futebol!

Na concepção do interlocutor, o acontecimento narrado foi uma reação natural, uma tentativa desesperada de proteger um pouco da mercadoria e garantir o mínimo necessário para não sofrer com um prejuízo maior durante a apreensão da Receita Federal. Os aplausos e a torcida representam uma identificação dos trabalhadores com aqueles que estão em situação semelhante, lutando cotidianamente pela sobrevivência e pulando os obstáculos legalmente colocados nas suas trajetórias ocupacionais. A resistência dos trabalhadores corresponde a uma expressão de insatisfação e angústia em perder recursos, num mundo de possibilidades restritas. Conscientemente, na vida dos trabalhadores, a resistência é o resultado das relações entre as práticas precárias desenvolvidas, na tentativa de garantir uma participação no mundo vivido, e uma legislação que estabelece limites ou restringe as formas alternativas de sobrevivência.

Como é possível observar, as relações dos moradores da região com essa realidade social apresentada são íntimas. O acesso às mercadorias vindas do Paraguai é relativamente fácil, o capital originado no comércio internacional movimenta a economia oficial dos municípios limítrofes ao Paraguai, e muitos dos seus habitantes mantêm relações diretas ou indiretas com as ocupações e práticas antes descritas. Todavia, o envolvimento inicial dos trabalhadores com o “*circuito sacoleiro*”, em grande medida, ocorre de forma gradativa. Poucos são aqueles que iniciam seus trabalhos desempenhando funções de muita confiança, como administrando o dinheiro do “*patrão*” para fazer as compras, coordenando o transporte das mercadorias até o seu destino final ou agenciando todos os outros trabalhadores necessários para o desenvolvimento de todo o “*circuito*”. Em grande medida, as situações em que isso ocorre são derivadas de indicações realizadas por outras pessoas que têm mais poder dentro da hierarquia dos trabalhos.

O mais comum é o ingresso dos trabalhadores nas atividades mais simples, porém, com o ganho de confiança dos outros trabalhadores e principalmente dos “*patrões*”, a promoção para ocupações de maior responsabilidade é possível. Muitos dos interlocutores começaram suas atividades esperando por “*sacoleiros*” que precisavam de auxílio no transporte das mercadorias adquiridas no interior das inúmeras galerias existentes em Ciudad del Este (Foto 4). Como é o caso de David, que passou de “*laranja*” para “*sacoleiro de responsa*”¹², de José Gonzalez, que começou como “*laranja*” e tornou-se proprietário de um porto, ou até mesmo de Mário, que iniciou catando latinhas na região da Ponte da Amizade, depois passou a ser “*cigarreiro*” e hoje trabalha como “*sacoleiro*” transportando informática para um “*patrão fixo*” no estado de São Paulo.

¹² “*Sacoleiro de responsa*” é um termo nativo utilizado para definir o sacoleiro que administra sozinho o recurso de um patrão.

Foto 4. Rua de Ciudad del Este nas proximidades da Ponte da Amizade



Fonte: Arquivo do autor.

As ocupações existentes dentro do “*circuito sacoleiro*” são organizadas de maneira hierárquica, onde existem inúmeras funções que determinam responsabilidades e rendas diferentes. Desta forma, é comum a transição dos trabalhadores entre estas funções, na busca constante de melhores condições de vida. Em outras palavras, existe uma grande mobilidade dos trabalhadores dentro do “*circuito*”. De maneira geral, este aspecto é o que move as suas engrenagens internas. Os motivos que fazem os trabalhadores quererem e desenvolverem novas posições no interior do “*esquema*” são os mesmos que os motivam a entrarem nele. A satisfação das necessidades, a sobrevivência, a melhoria de vida, são colocações comuns nas justificativas do ingresso no “*circuito sacoleiro*”, mas não comprovam as explicações para tal processo.

Dentro das conversas realizadas, constata-se que o trabalho na fronteira absorve uma população com dificuldades de ingresso no mercado formal. São jovens em busca do primeiro emprego, pessoas de mais idade, deficientes físicos, pessoas com baixa escolaridade, enfim, trabalhadores sem o perfil idealizado pelo modelo hegemônico. Os motivos que levam uma parcela tão significativa da população a atuar em tais condições podem ser representados pela fala de um dos interlocutores. Constatam-se na narrativa de Pedro os limites do mercado de trabalho na região das três fronteiras e, ao mesmo tempo, as possibilidades concretas representadas ou

oferecidas pelo “*circuito sacoleiro*”. Neste sentido, ele garante que a única justificativa para o seu ingresso na atividade que exerce “*foi a falta de oportunidade e até mesmo o preconceito por ser portador de deficiência física*”. Não suficiente, afirma que somente devido à sua atual ocupação ainda nutre os sonhos de um dia poder comprar sua própria casa e de terminar os estudos que faz em uma faculdade particular da região.

Embora exista um contexto político econômico que sustenta a existência das ocupações da fronteira, não se pode abandonar por completo o fato de que cada um dos trabalhadores possui uma trajetória singular e motivos particulares para buscar a sobrevivência no Paraguai. No intuito de ampliar as possibilidades de entendimento, destacam-se algumas das respostas mais comuns obtidas durante as conversas realizadas, buscando minimamente organizar algumas tipologias que representariam as explicações mais constantes: 1) a falta de oportunidade no mercado brasileiro ou de empregos com boa remuneração e direitos garantidos; 2) as vantagens existentes nas ocupações do Paraguai, como a flexibilidade no horário e a rentabilidade, e 3) a necessidade de uma melhor escolaridade no mercado nacional. Num estudo anterior foram constatadas algumas características imprescindíveis entre os “*laranjas*” e “*sacoleiros*”, como a facilidade de adaptação ao meio e o desenvolvimento de uma moral e de uma ética própria ao universo de trabalho¹³.

Como demonstra Battisti (2009), o Paraguai representa um espaço que pode garantir bem-estar para uma parcela da população vulnerável. Neste sentido, apresenta histórias comuns referentes aos desafios, aos conflitos e aos processos de superação. Sobre isso, destaca que “*o discurso sobre as dificuldades anteriores ao novo trabalho foi constante, assim também como o discurso sobre as dificuldades dos anos iniciais, e sobre o significado da vitória de se começar com um pequeno negócio e crescer e prosperar*” (Battisti, 2009, p. 64). A trajetória de vida de Sandra, uma das interlocutoras, exemplifica bem isso. Caracterizada por um conjunto de problemas que vão gradativamente estreitando suas relações com o Paraguai, é possível constatar a íntima relação entre a dependência econômica e as experiências que vão sendo construídas durante suas práticas sociais. Visando melhorar a condição de vida de seus familiares, a interlocutora começa a atuar como “*laranja*” transportando cotas para os clientes das lojas em que trabalhava como balconista, descobrindo a partir de suas próprias práticas sociais o funcionamento do mercado paraguaio e as idiossincrasias presentes nas relações entre os “*laranjas*”, “*sacoleiros*”, barqueiros, lojistas e fiscais da receita federal.

¹³ Por outro lado, o abandono das ocupações existentes no interior do “*circuito sacoleiro*” está diretamente vinculado a três variáveis: 1) melhoria no mercado de trabalho existente no Brasil, com a ampliação do número de vagas disponíveis; 2) planejamento econômico do trabalhador ao guardar dinheiro para investir no Brasil, e; 3) aumento da fiscalização do governo brasileiro nas regiões de fronteira.

É possível afirmar que o “*circuito sacoleiro*” alimenta esperanças em boa parte dos interlocutores. Entre reclamações referentes às condições de higiene, segurança e alimentação sempre existe espaço para o contentamento e para uma pequena brecha para a felicidade. Neste sentido, observa-se, por exemplo, o caso de Maria, que afirma não gostar muito do Paraguai, mas que prefere não reclamar: “*Foi dali que retirei o dinheiro para educar meus quatro filhos e para comprar as coisas que precisávamos. Na verdade não posso reclamar de nada, meu serviço permitiu eu viver bem*”. Fabiano, dentro de perspectiva semelhante, fala que o seu “*trabalho não permite que viva super bem, mas não é ruim, é melhor do que a maioria das pessoas que trabalham no Brasil*”. Sandra vai um pouco mais longe e enumera as razões que fazem com que ela goste de sua ocupação:

Primeiro porque é um trabalho mais fácil, você não precisa levantar cedo, você não tem horário a cumprir, você não tem chefe no teu pé todo dia, ganha mais do que um salário mínimo. Aqui em Foz você vai trabalhar o mês inteiro, obedecendo a ordens, para ganhar um salário de quatrocentos, quinhentos reais. Se você for trabalhar no Paraguai, for lá duas vezes, você já ganha isso. Então na cabeça do povo que mora aqui, porque trabalhar o mês inteiro, oito horas por dia, se eu indo para estrada duas noites eu já ganho o valor que eu ganharia trabalhando no mês todo em um emprego normal.

Entretanto, existem pessoas que olham para o futuro e planejam a vida sem o Paraguai, na busca de um trabalho mais estável ou de uma vida mais tranquila, como se pode constatar na conversa que tivemos com Silvano:

Eu já consegui tudo que queria no Paraguai, agora quero montar meu negócio próprio no Brasil e levar uma vida mais sossegada. Como já faz um tempo que vivo disso, eu consegui guardar um dinheiro para montar uma garagem para revenda de carros. Quero um trabalho mais tranquilo, que eu não corra tanto risco e que eu posso ter um horário mais definido. Hoje trabalho de domingo a domingo sem nenhum horário pré-estabelecido... Isso cansa.

Considerações finais

As conversas qualificadas estabelecidas com os interlocutores explicitam que as experiências individuais existentes neste universo cruzam com as trajetórias de outras pessoas formatando uma conjuntura rica de possibilidades. Como apresentado ao longo do texto, as diferentes ocupações não existem de forma isolada. Todos os portos possuem de maneira associada um conjunto de agenciadores responsáveis em mediar às relações entre os “*barqueiros*” e os “*sacoleiros*”, e todos os “*agenciadores*” possuem carregadores próprios e contatos pré-estabelecidos com motoristas de vãs. A tendência é de que exista fidelidade dentro da rede constituída em cada

um dos portos, ou seja, determinados “*sacoleiros*” utilizam determinados portos, “*agenciadores*”, “*carregadores*”, “*barqueiros*” e “*olheiros*”. A regra é quebrada apenas quando há rompimento nas relações de confiança, ou quando o sacoleiro desenvolve uma prática mais rentável de transporte para as suas mercadorias.

Entretanto, como a maioria das práticas de trabalho no capitalismo contemporâneo, essas ocupações são presas a incertezas e inseguranças. Dentro de um mercado que oferece uma quantidade significativa de opções de lojas, de mercadorias, de trabalhadores e de serviços em muitos momentos acaba prevalecendo a lei da oferta e da procura. Essa situação de concorrência, de disputa por espaço, de individualidade e desconfiança mistura-se com as experiências pessoais e moldam os modos de viver dos sujeitos que atuam na fronteira. Nesta perspectiva, Davi destaca a relação entre os usos e costumes destes trabalhadores e a construção do espaço da cidade:

Vivendo e trabalhando em condições precárias ou não, esses sujeitos não deixaram de experimentar e preservar alguns de seus costumes, comportamentos, crenças, numa variedade de locais onde encontram espaço para sua sociabilidade. Esses locais de trabalho, na travessia pela ponte, nas compras nas lojas de Ciudad del Este, acabam tornando-se lugares de sociabilidade da classe trabalhadora, onde comentam sobre as notícias que acontecem na cidade, sobre outras oportunidades de empregos, etc. (2009: 125).

Cruzando as várias experiências que constituem e caracterizam a cidade de Foz do Iguaçu, as vivências dos “*sacoleiros*” e “*laranjas*”, bem como aqueles que atuam como vendedores ambulantes, não aparecem de forma isolada. Ao contrário, eles fazem parte de uma rede mais ampla de relações sociais. Relações que compreendem elementos que permitem amplas discussões envolvendo as contradições entre o legal, o ilegal, o regular, o irregular, as migrações, o sedentarismo, a resistência e a passivação. Noções e categorias que afloram nas narrações e que são vividas em momentos históricos específicos, apresentando compreensões distintas a respeito da cidade e do direito ao seu uso. As trajetórias apresentadas não se encontram localizadas em um grande centro urbano ou em um polo industrial e, muitas vezes, elas são observadas com ressalvas devido ao seu caráter de ilegalidade dentro do modelo jurídico e fiscal em vigor. Assim, o que atribui importância a estas práticas e o que permite considerá-las como trabalho não são seus vínculos empregatícios e legais, mas a dependência direta de um vasto contingente populacional e as formatações que as atividades na fronteira vão recebendo ao refletirem e adaptarem-se às transformações econômicas, políticas e produtivas.

As observações realizadas reforçam conclusões apresentadas por outros pesquisadores a respeito dos fluxos fronteiriços e da cultura do contrabando originada. Paula Godinho (2009), em seus estudos sobre a fronteira Luso-Espanhola chama atenção para a existência de uma economia subversiva que seria própria destes contextos espaciais, expondo a fragilidade dos Estados e dos seus agentes locais no combate à prostituição, a migração de trabalhadoras e ao contrabando. Indo além,

ela afirma que “ao remeter as trocas que ultrapassam a fronteira para uma liminaridade moral e política, não tem em conta que as relações entre os indivíduos não são interrompidas pela linha delimitadora entre dois Estados” (Godinho, 2009: 32).

Sobre isso, Grimson (2005) afirma que as diferenças políticas, econômicas e fiscais existentes entre os diversos países instigam o surgimento de um conjunto de práticas sociais que busca beneficiar-se de tal situação para obter vantagens e aproveitar das discrepâncias existentes entre os valores e as mercadorias facilmente encontradas no mercado das cidades limítrofes. Não suficiente, observa:

En cada ciudad y espacio fronterizo hay personas que trabajan de pasar mercaderías al otro lado evitando los controles aduaneros, viven de cruzar la frontera. En algunas fronteras (como la argentina-paraguaya o la argentina-boliviana) son mujeres y se las conoce como “las paseras”. En Uruguayana-Libres son tanto hombres como mujeres y se los conoce como “los pasadores” o “los chiveros”. La estrategia histórica consiste en pasar pocas mercaderías en cada viaje, distribuyendo eventualmente la mercadería con otro pasador, haciendo como si tratara de bienes de uso personal. Los pasadores son el sector menos reconocido como interlocutor en las decisiones políticas (Grimson, 2005: 25-26).

Tais práticas apresentadas no estudo realizado, assim como aquelas apontadas por Godinho (2009) e Grimson, possuem um conjunto de contradições fundamentais na construção e no entendimento das culturas de fronteira. Muitas vezes circular entre os limites internacionais corresponde a movimentos anteriores as próprias delimitações jurídicas do crime. Em outras palavras, antes das leis serem aplicadas, os diferentes “*circuitos*” que exploram as diferenças fronteiriças já existiam de maneira arraigada nas tradições locais. Além disso, também se visualiza no interior das práticas o conflito entre os modelos de desenvolvimento existentes e as necessidades de subsistência de populações com dificuldades concretas de ingresso e manutenção na estrutura econômica.

Contudo, os “*circuitos*” que hoje são considerados subterrâneos e que muitas vezes são criminalizados e perseguidos fazem parte de uma das dimensões das fronteiras. Um entendimento mais completo destas realidades necessariamente precisa envolver a observação dos pontos de intersecção de várias destas dimensões, permitindo uma compreensão mais global do fenômeno. Assim, as práticas sociais do “*circuito sacoleiro*” ou de qualquer grupo de contrabandistas precisam ser observadas por meio de um diálogo ininterrupto com as mudanças políticas e econômicas que são vivenciadas pelos Estados, permitindo uma leitura mais rica das interações entre esferas macro e microespaciais. Devido aos objetivos estabelecidos para este texto e também a sua própria extensão, por ora foi possível apresentar apenas algumas indicações a respeito.

Bibliografia

- Amaral, Arthur Bernardes do (2010) *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- Anzaldúa, Gloria (1999) *Borderlands/La frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aun Lute.
- Battisti, César (2009) “Trajetórias Ocupacionais na Fronteira Brasil/Paraguai”, em M. A. Silva (org.) *Ensaio Históricograficos: Sociabilidade e Identidade na Fronteira*. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 56-67.
- Calderón, Héctor, e Saldívar, José David (orgs.) (1991) *Criticism in the Borderlands: Studies in the Chicano Literature, Culture, and Ideology*. Durham: Duke University Press.
- Catta, Luiz Eduardo Pena (2002) *O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE.
- Davi, Elen (2009) “As percepções e marcas lançadas pelos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu, PR (1990-2006)”, em E. G. Cardin, B. S. Debalde e K. R. De Souza (orgs.) *Região & Desenvolvimento: estudos sobre o extremo oeste do Paraná*. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 107-126.
- Godinho, Paula (2009) “Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista – O concelho de Chaves e a Comarca de Verín, entre velhos quotidianos de fronteira e novas modalidades emblematizantes”, em D. Freire, E. Rovisco e I. Fonseca (orgs.) *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Grimson, Alejandro (2000) “Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales?”, em A. Grimson (org.) *Fronteras, Naciones e Identidades*. Buenos Aires: CICCUS, 9-40.
- Grimson, Alejandro (2003) “Disputas sobre las Fronteras: Introducción a la Edición en Español”, em S. Michaelsen e D. Johnson (orgs.) *Teoría de la frontera: los límites de la política cultural*. Barcelona: Gedisa, 13-23.
- Grimson, Alejandro (2005) “Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina)”, em R. C. Oliveira e S. Baines (orgs.) *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras*. Brasília: UNB.
- Hicks, Emily (1991) *Border Writing: The Multidimensional Text*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Lugo, Alejandro (2003) “Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación”, em S. Michaelsen e D. Johnson (orgs.) *Teoría de la frontera: los límites de la política cultural*. Barcelona: Gedisa, 63-86.
- Mészáros, István (2002) *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- Naím, Moisés (2006) *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rabossi, Fernando (2004) *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

Thompson, E. P. (2005) *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.